



1 **18ª Ata da Reunião Ordinária do CMS**– Ao oitavo dia do mês de novembro de dois mil e vinte
2 dois, às dezoito horas e quinze minutos, na sala de reuniões, situada à Rua: Balduino Taques,
3 445, Centro, presentes os Conselheiros Titulares: Inês Chuy Lopes Titular, Regina Rosa
4 Pedrozo Rosa, Pedro Henrique Moraes, João Luiz dos Santos, Sueli Terezinha Mensen, Ana
5 Caetano Pinto, Adriane do Rocio Lopes, Gizelle Aparecida Cheremeta, José
6 Timóteo Vasconcellos Sobrinho, Maria Albertina de Miranda Soares Conselheiros Suplentes: Liz
7 Elaine Soweck, Maria Aparecida da Costa Silva, Simone Monçalves, Rosângela Rigoni,
8 Participantes: Daniele Antoni Calixto Strack. A Presidente Adriane do Rocio Lopes abre à
9 reunião às 18 horas e 15 minutos saudando todos os presentes. Faz a leitura da Pauta: 1.
10 **Leitura e Aprovação das atas: 16ª, 17ª Atas das reuniões Ordinárias.** Aprovadas as atas
11 16ª e 17ª por 13 (treze) votos favoráveis. **2. Relatos Gerais das Comissões:** O conselheiro
12 Pedro Henrique Moraes fala que tiveram uma reunião da Comissão de Saúde Mental, fala
13 também que foi discutido sobre as pautas uma delas era em relação à construção da linha de
14 cuidados de saúde mental municipal e que sobre esta pauta foi realizada uma discussão que
15 foi elevado o estudo de uma linha guia modelo que poderia ser utilizada pelos serviços para a
16 construção de seus fluxos internos, protocolos de atendimento, algo que é considerado
17 importante pois assim os trabalhadores dão conta do serviço, conseguindo se entender,
18 conseguindo entender a referência e contra referência entre os serviços, e também facilita para
19 que os usuários compreendam qual é a demanda atendida por cada serviço e a idéia principal
20 é que seja estimulado sobre esta questão, para os profissionais para que seja construído essa
21 rede, foi retirado de encaminhamento desta pauta, que a Comissão de Saúde Mental se
22 comprometeu para que seja construído esta linha de cuidados a partir de 2023, fala que a
23 segunda pauta da reunião foi em relação a contratação de psiquiatra para o CAPs infante
24 juvenil, e que é o único serviço terceirizado da rede de atenção psicossocial, no momento se
25 encontra um psiquiatra em apenas meio período por semana, tendo poucos atendimentos em
26 comparação ao que havia antes, tendo um psiquiatra que está se recusando a realizar seu
27 serviço e acabou indo para outro serviço no CAPs, fala também que a gestão colocou que a
28 dificuldade de se conseguir psiquiatra para o atendimento neste serviço, e que foi realizada
29 uma discussão sobre este serviço, para ser analisado do por que um psiquiatra não quer ou
30 está se recusando a atender no serviço de saúde mental, e quais são as condições de trabalho
31 para estes profissionais dentro deste serviço, por que desta recusa, pois é um serviço muito
32 importante para a rede do atendimento infante juvenil, pois a criança ou adolescente com
33 transtornos mentais graves, e sem psiquiatra a equipe perde o respaldo médico dentro das
34 ações e das condutas, fala que foi conversado com a gestão a respeito disso e deram a
35 justificativa de que estão tentando alterar o contrato, e que será reiniciado um contrato a partir
36 do ano de 2023 em janeiro, para que seja uma cláusula de que os psiquiatras contratados
37 devem atender em qualquer serviço caso seja necessário, fala que a terceira pauta é
38 relacionada com o pedido do incitamento compulsório dos usuários de drogas na praça Barão
39 de Guaraúna, em julho deste de ano foi feito o pedido pela secretaria de segurança pública,
40 fala que também foi discutido sobre o projeto de lei colocado em votação na câmara dos
41 vereadores, e que também foi discutido na câmara e aprovado em duas vezes, e foi para a
42 prefeita vetar ou aprovar, e foi discutido sobre o projeto, pois no projeto consta que as pessoas
43 que são encontradas em vias públicas fazendo o uso de drogas poderão ser multadas no valor
44 de aproximadamente 400 (quatrocentos reais), e foi considerado e analisado pelas leis federais
45 a respeito desta temática inconstitucional, pois já possui uma lei federal de 2006 a respeito
46 disso, fala também que foi discutido de como pode ser abordado está temática no município de
47 Ponta Grossa, de maneira mais qualificada, fala que teve uma deliberação retirada da última
48 pauta que o Conselheiro Pedro Henrique Moraes se comprometeu juntamente a coordenadora
49 de saúde mental, para ir até o Ministério Público para que fosse esclarecido a questão de levar
50 este posicionamento a respeito deste projeto de lei e que também a coordenadora ficou
51 responsável por levar sobre os fluxos de atendimento a população em situação de rua de que
52 faz o uso de drogas, fala também que isso foi a pedido da coordenação do CAPs que levantou
53 esta questão. **3. Informes Gerais:** A Presidente Adriane do Rocio Lopes comenta que irá ser
54 realizada uma reunião extraordinária, informando que serão dois pontos de pauta, realiza uma
55 proposta para os conselheiros onde pergunta se seria possível adiantar a reunião para que

56 ocorresse juntamente a reunião ordinária no mesmo dia, a Presidente Adriane do Rocio Lopes
57 fala que gostaria que fossem breves para não ficarem repetitivos os comentários para que se
58 conseguisse encerrar a pauta da reunião, e para que fosse possível passar adiante para a
59 próxima reunião, abre votação para adiantar a reunião ordinária para o dia 08 de novembro de
60 dois mil e vinte dois após a reunião ordinária, havendo duas abstenções, a Presidente Adriane
61 do Rocio Lopes, fala sobre um comunicado que o Hospital São Camilo havia feito no dia 5 de
62 agosto sobre a transferência de recursos do Fundo Nacional de Saúde, de sete mil, setecentos
63 e dez reais, e que com este recurso eles fizeram aquisição de 17 (dezessete) poltronas
64 hospitalares e também de 40 (quarenta) camas hospitalares, a Presidente Adriane do Rocio
65 Lopes fala que participou no período da tarde de uma reunião do POA, com análise do Hospital
66 da Santa Casa. A Conselheira Gizelle Aparecida Cheremeta, fala que acompanha algumas
67 unidades de saúde e que gostaria de chamar a atenção, pois estão com muitas poucas metas
68 concluídas. A Conselheira Sueli Terezinha Mensen fala que sugere para o conselho que como
69 algumas entidades entregaram a documentação mais não teria sido feita a resolução, que se
70 aprovelem essas mesmas estando fora do prazo, pois a população já está perdendo em muitos
71 aspectos na área da saúde, e que se for deixada de mandar as verbas para eles será prejuízo
72 a mais para a população, porque a saúde, as unidades estão atendendo precariamente, e que
73 está verba mandada para as entidades vêm para dar uma assistência maior para as pessoas
74 portadoras de deficiências. **4.1. Apresentação do Relatório do 2º Quadrimestre dos**
75 **Atendimentos realizados pela Ouvidoria Municipal de saúde.** A Senhora Daniele Antoni
76 Calixto Strack fala que como todos sabem a Ouvidoria é como um canal para reclamações
77 denúncias e elogios enviadas pelos cidadãos em relação aos serviços que são prestados pelo
78 SUS, fala que o principal objetivo é garantir e ampliar os acessos na busca definitiva pelos seus
79 direitos, atuando enquanto uma ferramenta de gestão, fala também que o atendimento da
80 ouvidoria no ano de dois mil e vinte e dois até o dia 31 do mês de agosto foi fechado em quatro
81 mil setecentos e noventa e sete manifestações e duzentos e setenta e quatro orientações, e
82 que a demanda só tem aumentado, fala que as orientações são os registros que são de Pré-
83 atendimentos, e que estão buscando cada vez mais fazer os registros, para garantir direitos,
84 efetivar direitos para que os municípios possam levar os processos no Ministério Público, ou
85 nos conselhos de ética profissionais, fala sobre o relatório da 3ª Regional que nesse
86 quadrimestre foi feito duas mil seiscentos e sessenta manifestações, destas cento e noventa
87 foram via e-mail, vinte por um formulário da web que agora há na página da Fundação de
88 Saúde, que é por onde a ouvidoria também recebe manifestações, mil oitocentos e setenta e
89 oito por telefone, quinhentos e setenta e um de forma presencial, sete por carta e quatro por
90 ouvidorias itinerantes, fala que o carro chefe da ouvidoria sempre vai ser o telefone por ser
91 telefone gratuito, e que a população acaba utilizando mais este serviço, podendo ser os 0800 e
92 o 156 e o telefone fixo que representa a maioria dos atendimentos, fala também que no
93 segundo momento é de forma presencial que representa 21,39% dos atendimentos, e que a
94 maioria das manifestações continua sendo as reclamações, fala também que neste
95 quadrimestre fecharam em mil e trinta e oito reclamações dos serviços seguindo das
96 solicitações de consultas e exames, aos pedidos de informação também aumentaram, que
97 também é em relação sobre filas, quantidade de agendamentos por mês por especialistas,
98 depois as denúncias que foram trezentas e sete manifestações, os elogios quarenta e seis, e
99 as sugestões oito, fala em relação ao que foi mais reclamado sendo as demoras dos
100 atendimentos, as faltas de atendimento, demora na transferência na central de leitos, fala
101 também que nesse segundo quadrimestre teve um aumento significativo, mais que agora já
102 não há tantas reclamações da central de leitos, mal atendimentos de funcionários, dificuldade
103 de renovação de receitas médicas, falta de funcionários nos serviços, falta de procedimentos em
104 alguns serviços e daí as solicitações que também aumentaram foram em relação a consultas,
105 fala que teve um aumento de consultas de pacientes na odontologia, fala que as filas que mais
106 buscam atendimentos é ortopedia, odontologia, oftalmologia e tratamento fora do município
107 também, e que por dia em média de sessenta a setenta pessoas na fila de espera, fala que as
108 denúncias em parte elas referem mais as denúncias da vigilância sanitária e da zoonoses que
109 são as fiscalizações, nos restaurantes, nos mercados, denúncias de dengue, fala que elas
110 diminuiriam nesse momento, e que a maioria das manifestações são identificadas 91%, então a

111 população está usando o serviço de forma identificada não há mais aquele medo, os anônimos
112 são cento e cinquenta e um reclamações, representando 5,66%, a maioria das manifestações,
113 duas mil cento e seis na época do relatório elas já estavam concluídas, faltando só quinhentos
114 e sessenta e quatro para concluir, hoje o relatório já possui duas mil setecentas concluídas,
115 então no momento só faltam poucas para terminar este quadrimestre, fala que as
116 manifestações estavam abertas na época e que eram sobre as filas de espera, fala que no
117 quadrimestre houve bastante agendamento então teve bastante filas, fala também dos
118 atendimentos na época foram de 77 registros, informações na área da saúde foram 76, fala
119 também que por terem mandado muitas demandas sobre as filas para o Ministério Público ,
120 eles abriram uma ação civil, pedindo para que o município contrate mais especialistas e o
121 estado também, fala que as manifestações sobre a demora de atendimento haviam 40,
122 problemas de relacionamento com o paciente vem aumentando, fala que muitas vezes os
123 funcionários são coagidos, denegridos, boletins de ocorrência têm aumentado, a falta de
124 funcionários nos serviços também tinham 23 manifestações, com a contratação dos médicos
125 isso está sendo diminuído mais algumas unidades ainda tem ponto específico, tendo uma
126 demanda maior de atendimento, dificuldade de renovação de receitas medicas na época havia
127 11 e foi diminuindo para 6, fala que as manifestações que estão fora do prazo são feitos 4 até 5
128 ofícios de cobrança, e termina dizendo que este foi o relatório do quadrimestre. **4.2 Aprovação**
129 **do Recurso SESA – R\$5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais) para a**
130 **construção de 03 Unidades de Saúde.** A Presidente Adriane do Rocio Lopes coloca em
131 regime de votação a Aprovação do Recurso SESA – R\$5.400.000,00 (cinco milhões e
132 quatrocentos mil reais) para a construção de 03 Unidades de Saúde. Ficando com 13 (treze)
133 votos favoráveis e 01 (uma) abstenção. **4.3. Conclusão da análise e aprovação do cadastro**
134 **das entidades.** A Presidente Adriane do Rocio Lopes fala que algumas das entidades que
135 foram apontadas que não haviam apresentado a documentação, fala que houve um pequeno
136 equívoco em relação há algumas entidades, fala que há uma sugestão para ser realizada, do
137 porque não é deixado aberto para que as entidades passem a apresentar a documentação sem
138 prazo, elas vão apresentando, entra na comissão, tramita na comissão, faz a análise, e é
139 começado a serem liberadas estas entidades, sem o prazo, sem fechar este prazo, para que
140 enviem. A Presidente Adriane do Rocio Lopes fala sobre três entidades que enviaram a
141 documentação com atraso, fala que são três entidades importantes, mais em especial a
142 Equoterapia que está aguardando a inscrição do conselho, e é a primeira vez que irão receber
143 o recurso, fala também que a equoterapia desempenha uma atividade e um serviço
144 importantíssimo, é um serviço que não é ofertado, fala que essas entidades exercem atividades
145 importantes no atendimento, e essas entidades elas apresentaram as documentações, e como
146 diz a resolução elas estariam automaticamente aprovadas, fala que as entidades que
147 apresentaram e mesmo assim teve negativa e as outras entidades também que apresentaram
148 após, fala também que pede pela aprovação destas entidades. A Presidente Adriane do Rocio
149 Lopes abre a votação para a aprovação das três entidades. Ficando 7 (sete) votos favoráveis e
150 7 (sete) abstenções. Aprovado com o voto de desempate da Presidente Adriane do Rocio
151 Lopes. **4.4 Discussão e aprovação da resolução sobre o acolhimento dos CAPS em Ponta**
152 **Grossa.** O Conselheiro Pedro Henrique Moraes fala que foi deliberada de uma reunião da
153 Comissão de Saúde mental acerca da resolução, falam que o contexto é da pauta que foi
154 discutida em reunião do retorno dos atendimentos de atenção psicossocial após a redução de
155 casos da Covid- 19, os serviços de saúde funcionando com acolhimento agendado, fala que os
156 grupos terapêuticos não estavam funcionando, após redução do número de casos o único
157 CAPS que continuou com esta modalidade de agendar os acolhimentos quando as pessoas
158 chegavam até o serviço é o CAPS II conforme o relatório que a Comissão de Saúde enviou,
159 fala que pensando diante disso como os outros CAPS estão funcionando em um tipo de
160 modalidade de atendimento, foi percebido que é muito importante que este atendimento seja
161 organizado, que as pessoas que cheguem até os CAPS são pessoas com transtorno mental
162 grave, com sofrimento mental, com alguma queixa de saúde mental, que necessitam de uma
163 escuta uma orientação e de um encaminhamento pertinente para a sua condição de saúde e o
164 agendamento cria uma barreira de acesso desses usuários ao serviço, por que eles tem
165 algumas semanas, fala que tinha uma época que o agendamento do acolhimento estava para



166 um mês e meio, isso é muito tempo para uma pessoa ficar esperando por uma consulta, por
167 uma avaliação, para saber onde deve ir, em qual serviço, e a função do CAPS é fazer isso.
168 Fala que gostaria de pedir apoio de todos os conselheiros para ser aprovada esta resolução
169 para que possa tentar ser modificada a situação do CAPS. A Presidente Adriane do Rocio
170 Lopes abre para votação a resolução sobre o acolhimento dos CAPS em Ponta Grossa. Com
171 todos os votos favoráveis. A Presidente Adriane do Rocio Lopes encerra a reunião às vinte
172 horas.